

Trabalho



OPINIÃO

PAULO PEREIRA DA SILVA
(Paulinho)

Presidente da Força Sindical

Saúde e Segurança do Trabalhador

Causadora do fechamento de cerca de doze milhões de postos de trabalho desde seu início, a grave crise econômica pela qual o País atravessa vem causando desassossego e incerteza na maioria dos trabalhadores que, mesmo empregados, não sabem como será o dia de amanhã. E trabalhar debaixo de tanta pressão psicológica é incorrer num sério risco de acidente de trabalho com consequências imprevisíveis.

O Brasil, infelizmente, é o quarto colocado em acidentes de trabalho no mundo graças à não atualização do processo produtivo para a proteção do trabalhador, que sofre com o adoecimento, aumentando, assim, o número de licenças por este motivo e das aposentadorias prematuras. E isto acarreta, ainda, prejuízo para toda a sociedade, que é quem paga a conta da Previdência.

A Força Sindical, além da luta para reverter o quadro crítico do desemprego, vem, através dos nossos sindicatos filiados, intensificando ações específicas voltadas à segurança e à saúde dos trabalhadores, como a realização de palestras, cursos, debates e seminários sobre o tema, além de participar da formação e do acompanhamento das Cipas.

Priorizar a segurança e a saúde dos trabalhadores é o princípio básico da nossa Central para a preservação do maior patrimônio que eles possam ter: a garantia de sua saúde e de sua integridade física.



NA LUTA PELOS DIREITOS
DOS TRABALHADORES

www.fsindical.org.br

twitter.com/centralsindical

facebook.com/CentralSindical

LUTA POR EMPREGO E GARANTIA DE DIREITOS

16 de agosto será o Dia Nacional de Mobilização

Foto: Tiago Santana

Atos serão realizados em todos Estados, de preferência em frente às federações das indústrias

No próximo dia 16, as centrais Força Sindical, CUT, UGT, CTB, Nova Central e CSB realizarão o Dia Nacional de Mobilização e Luta pelo Emprego e Garantia de Direitos. "Até a data marcada faremos uma ampla divulgação do documento que aprovamos no dia 26 de julho, no Espaço Hakka, em São Paulo", declara Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical.

"Demos o primeiro passo no dia 26, mostrando à sociedade que estamos unidos para lutar pelos nossos direitos. Os trabalhadores já ouviram dos dirigentes de suas categorias as ideias do governo, de promover uma ampla reforma trabalhista com a retirada de direitos e um pacote contendo medidas antitrabalhistas defendido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), além de implantar a idade mínima para aposentadoria na reforma da Previdência. Estarrecidos, eles estão se manifestando contra as propostas. Por este motivo é fundamental entregar a eles o documento com nossas reivindicações para que, juntos, possamos lutar na defesa dos direitos e contra o desemprego que assola o País", diz Paulinho.

"A organização do Dia Nacional de Mobilização e Luta está sob a responsabilidade das instâncias estaduais da central. Queremos um dia de protestos forte e nacional", destaca João Carlos Gonçalves, Juruna, secretário-geral da Força.

A realização do ato dependerá da atuação de cada central sindical.



Paulinho: "Os trabalhadores, estarrecidos, estão se manifestando contra as propostas apresentadas pelo governo"

"Nossa intenção é realizar atos em frente às Federações das Indústrias como forma de protesto às palavras do presidente da CNI, Robson Andrade, que defende um pacote com mais de cinquenta projetos antitrabalhistas, além de ter proposto aumentar a jornada de trabalho para oitenta horas por semana", afirma Juruna.

Estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) mostra que a redução da jornada leva ao aumento do emprego, o que é essencial para reativar a economia. "Lutamos pela elevação do número de empregos e

por salários dignos", diz Juruna.

De acordo com o documento divulgado pelas centrais, "todo esforço para defender o emprego será pouco diante do potencial desagregador que sua ausência significa".

"O mercado interno", diz o documento, "fundamental para o crescimento econômico, só se viabiliza se as pessoas estiverem empregadas e recebendo salários, o que prova a história recente do País. Além disto, quanto mais pessoas estiverem empregadas, maiores serão as possibilidades de financiamento da Previdência e Seguridade Social".

PREVIDÊNCIA

Proposta indecente

Em nota divulgada ontem, a Força Sindical afirmou ser "muito ruim e prejudicial a proposta do governo, anunciada pelos meios de comunicação, de aprovar novas regras para as aposentadorias. Mudanças na Previdência Social só devem ser debatidas depois que o governo corrigir erros na Instituição".

"Criar mais barreiras e dificultar as regras para aqueles trabalhadores com até cinquenta anos, ou instituir um pedágio entre 40% e 50% para aqueles trabalhadores que tiverem cinquenta anos ou

mais, é uma forma de diminuir direitos, utilizado artifícios maldosos para penalizar os menos favorecidos", diz a nota. Para a Força Sindical, "as mudanças na Previdência tem de levar em consideração que a Instituição é um patrimônio do trabalhador e do cidadão brasileiro, portanto, qualquer alteração terá de ter, como princípio, que os aposentados recebam benefícios com valores suficientes para que possam ter uma vida digna. Valorizar as aposentadorias é uma forma sensata e justa de distribuição de renda".

Foto: Jaélcio Santana



A proposta do governo, de aprovar novas regras para as aposentadorias, é muito ruim e prejudicial"